



Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro

Ano 3, nº 36, novembro de 2008



Balanco Social e Transparência nas Empresas

Ciro Torres¹

A criação e o aperfeiçoamento do modelo Ibase de balanço social – a partir de interação, debate e embates com um setor muito diversificado e carregado de poder político e econômico, como é o caso do universo empresarial – e a própria campanha pela transparência nas empresas durante os últimos anos evidenciaram as possibilidades de transformação das práticas corporativas e de implementação de mudanças sociais concretas e seus limites.

Com objetivo bem definido – transparência e responsabilidade no setor empresarial –, o primeiro passo do Ibase foi sempre o diálogo, com vistas a ampliar a participação democrática. O diálogo e as possibilidades de interações intersetoriais são e têm sido muito bem-vindas para toda a sociedade, sempre que mantidas a autonomia e a visão crítica de todos os atores envolvidos no longo do processo de consecução desse propósito. Em determinadas situações, os confrontos político e de idéias, que podem gerar denúncias contra a empresa e descrédito público da imagem da empresa (por processos judiciais, pela ação dos ministérios públicos federal e estaduais e pelas imprensas nacional e internacional, torna-se também um bom caminho para barrar algumas formas de violação de direitos por parte das companhias.

Os passos seguintes devem ser escolhidos considerando-se a conjuntura, buscando um processo de melhoria contínua e a ampliação constante das exigências e do rigor metodológico. A metáfora que utilizamos para o início do processo de elaboração do modelo Ibase foi a da pequena cunha de metal utilizada para cortar a imensa rocha.

Uma questão a ser respondida é se os investimentos sociais e ambientais realizados são verdadeiramente

significativos e representativos e possuem resultados positivos e compatíveis com o poder, o impacto e as responsabilidades que as grandes corporações têm (ou deveriam ter) em relação à sociedade que lhes outorga o direito de operar e produzir, fornece-lhes mão-de-obra e as financia. Analisando o conjunto de dados apresentados no livro “Balanco Social: o desafio da transparência” (disponível na íntegra em www.balancosocial.org.br), nossa tendência é responder que ainda não. Pouco mais de uma década depois de iniciado todo esse movimento pela transparência e pela responsabilidade social nas empresas, ainda existe um longo caminho a ser enfrentado pelas corporações para, concreta e objetivamente, adequar suas práticas internas e externas ao que se espera delas.

Um bom exemplo dessa necessidade de mudança, que ainda não saiu do discurso – mas já começa a aparecer de alguma maneira nos relatórios e na publicidade das companhias – está relacionado com a diversidade dos funcionários dos quadros empresariais. Os números sobre mulheres, pessoas com deficiência e população negra, no universo das empresas analisadas, mostra que ainda falta muito para criarmos um ambiente inclusivo no mundo do trabalho. Outro dado relevante são os escassos investimentos sociais internos: o discurso sobre as pessoas como principal valor de uma empresa não encontra respaldo nos investimentos analisados. E ainda teremos de verificar o que ocorrerá neste cenário de crise global.

Quando observamos as informações sobre os investimentos ambientais das empresas, percebemos uma redução nos valores absolutos do total de investimentos ambientais durante os últimos anos. Comparados com os resultados e com as receitas anuais, essa redução torna-se bastante significativa e evidente. Se, além disso, levarmos em conta a grande preocupação e a ampliação de informações sobre meio ambiente nos últimos anos (água, florestas e o aquecimento global), essa redução nos mostra um claro antagonismo entre o discurso e a prática.

Os próximos anos, todavia, nos darão pistas se essa tendência continuará ou não, e, sem dúvida, o futuro nos dará a prova incontestante de que ou as práticas internas e externas das grandes empresas estavam realmente de acordo com a continuidade da vida no

¹ Mestre em Ciência Política, professor da PUC-Rio e coordenador de Ética e Responsabilidade Social do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase). ciro@ibase.br



planeta ou somente seguiram focadas no lucro no curto prazo auferido a qualquer preço, maquiado por um discurso vazio de preocupação social e ambiental.

Nosso modelo de balanço é o mais utilizado por empresas que atuam no Brasil e se tornou a principal referência para dar transparência às informações sociais e ambientais na esfera corporativa nacional. A expansão do número de empresas com balanço social nos últimos anos é um dos indicadores da relevância do tema e nos revelou, também, o incremento da prática anual das companhias em publicar e disponibilizar seus dados e suas informações socioambientais por meio desse instrumento.

Há dez anos, verdadeiramente acreditávamos na voluntariedade dos mecanismos da chamada responsabilidade social empresarial e da utilização desta ferramenta e a defendíamos. Contudo, uma década depois, estamos convencidos de que a obrigatoriedade dos mecanismos e dos instrumentos para garantir a transparência das boas e das más práticas sociais e ambientais das empresas, entre eles o próprio balanço social, pode assegurar à sociedade informações relevantes para o controle cidadão das empresas.

Governos, legisladores e bancos públicos e de desenvolvimento devem estar atentos a essas regulamentações e a essas possibilidades de tornar as práticas de responsabilidade social e ambiental – bem como a publicação anual de balanço social – como itens obrigatórios para compras, concorrências e concessões de créditos por parte dos agentes de desenvolvimento nacional.

Outra questão que se apresenta para as empresas é assumir seu papel de impulsionadoras da responsabilidade social em toda a cadeia produtiva, principalmente as grandes empresas em relação às menores. Tomar para si a responsabilidade sobre seus fornecedores e ajudá-los no caminho da ética torna-se um diferencial para as companhias que entendem que a responsabilidade vai além de ações sociais privadas. Desde a matéria-prima até o produto final, todos os envolvidos devem estar comprometidos com um processo que vise à qualidade de vida e à sustentabilidade do nosso planeta.

Tradicionalmente, o discurso sobre as boas práticas corporativas relaciona a responsabilidade social e ambiental ao diálogo e à preocupação com todos os públicos interessados, beneficiados e atingidos pelas empresas. Contudo, na maioria das vezes, as

organizações e os movimentos sociais não fazem parte das discussões e não conhecem ou utilizam os instrumentos e as ferramentas que potencializam a verificação, a implementação e o monitoramento das práticas sociais e ambientais das empresas, como é o caso do balanço social. Pessoas reais, ou seja, a maioria de nós, cidadãos e cidadãs comuns no ato do consumo, do investimento ou do trabalho, não conseguem, ainda, relacionar suas próprias ações (coletivas ou individuais) com os impactos sociais e ambientais delas decorrentes. A sensibilização desse público é um desafio a ser enfrentado para que o debate avance e mudanças ocorram.

Além disso, muitas empresas ainda mantêm distante do seu negócio principal e das decisões estratégicas o balizamento dado pela responsabilidade social e ambiental, muitas vezes restrito a ações sociais privadas. Assim sendo, vale o alerta de que ferramentas como o balanço social são apenas um ponto de partida e uma pequena fotografia daquele momento de chegada, que varia ano a ano.

Porém, o cerne da questão ainda é a mudança nas práticas internas e externas, visando à implementação e à garantia de direitos no caminho da construção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Assim, não só o Estado, mas também as empresas podem fazer muito se mudarem a maneira de fazer negócios. Ainda existe um longo caminho a ser trilhado na busca de soluções para os problemas sociais e ambientais enfrentados e causados por algumas grandes empresas. Nesse sentido, a transparência e, principalmente, a necessidade de construção de um novo modelo de produção e consumo continuam mais atuais do que nunca.



Realização: **Banco Central do Brasil (Dinor/Deorf)**
Editora Responsável: **Elvira Cruvinel F. Ventura**
Contribuições/sugestões para o Boletim podem ser enviadas para **gtrja.deorf@bcb.gov.br**